

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO	13
<i>Teresa Pizarro Beleza e Frederico de Lacerda da Costa Pinto</i>	
NOTA PRÉVIA	17
AGRADECIMENTOS	19
RESUMO	21
ABSTRACT	22
ABREVIATURAS	23
CONVENÇÕES E ADVERTÊNCIAS	24
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I: CONDIÇÕES DE VALIDADE PROCESSUAL E MÉTODOS OCULTOS DE OBTENÇÃO DE PROVA	29
1. As proibições de prova como condição de validade processual	29
2. Legalidade, reserva de lei e como o silêncio não autoriza a prática	37
3. Métodos de obtenção de prova atípicos, modelo processual penal português e reserva de lei	45
4. Métodos ocultos de obtenção de prova: requisitos materiais, procedimentais e orgânicos	49
5. Nota conclusiva	56
CAPÍTULO II: GPS COMO MÉTODO DE OBTENÇÃO DE PROVA: NATUREZA E ESPECIFICIDADES	59
1. Enquadramento	59
2. A natureza do GPS como método de obtenção de prova: A sua dimensão extrassensorial e a relevância da “Teoria do Mosaico”	62

3. Modelos de compreensão de direitos fundamentais: a experiência americana, germânica e italiana no tratamento teórico-dogmático do GPS	74
3.1. Desmaterialização da devassa: a (ir)relevância da intromissão física na dimensão da danosidade	76
3.2. Privacidade, Liberdade de Ação e Autodeterminação Informativa: <i>protection-of-personhood version of privacy</i> e <i>mundo post-katz</i>	78
4. Nota Conclusiva	84
 CAPÍTULO III: CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM REGIME	 87
1. Atipicidade do GPS como método oculto de obtenção de prova não dependente de comunicação	87
2. O Código de Processo Penal não consagra o GPS como método de obtenção de prova	89
3. A Lei do Cibercrime não consagra o GPS como método oculto de obtenção de prova	94
4. Da desadequação das normas de direito processual penal à prova eletrônica e da proposta de construção de um regime habilitante	100
 CONCLUSÕES	 109
BIBLIOGRAFIA	113
ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA	119